

APRESENTAÇÃO

Dossiê: “Produções historiográficas e intelectuais sobre mulheres e feminismos latino-americanos”

Stella Maris Scatena Franco¹

Júlia Glaciela da Silva Oliveira²

Ana Laura de Giorgi³

¹Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

²Universidade Federal do ABC, ABC Paulista, SP, Brasil

³Universidad de la República, Montevideo, Uruguai

Os anos 1970 marcaram o florescimento da produção acadêmica da história das mulheres. Pesquisou-se intensamente a partir de múltiplas fontes e sob diversos vieses. De lá para cá, travaram-se debates teórico-metodológicos fundamentais, por meio das incursões pelas relações de gênero e de seus desdobramentos, passando pelas questões relacionadas às interseccionalidades, à decolonialidade, às masculinidades, à história das homossexualidades e pela Teoria Queer. Este dossiê é uma oportunidade para se olhar para parte desse percurso e se analisar historiograficamente o significado dessa produção, perguntando-se sobre caminhos trilhados e por trilhar. Esse tipo de reflexão só se torna possível quando um amplo lastro investigativo foi construído, como ocorre no campo aqui abarcado.

Nos fundamentos da iniciativa deste dossiê está a ideia de que estudar a produção historiográfica voltada às mulheres e às relações de gênero é algo que se inscreve no campo da história intelectual. Embora isso possa parecer óbvio, em certa medida não é. Como apontou Hilda Smith (2007) em seu artigo “Women Intellectuals and Intellectual History: Their Paradigmatic Separation”, a história das mulheres e a história intelectual percorreram, durante muito tempo, caminhos separados. A história das mulheres esteve, em geral, vinculada a uma história social (das lutas, do corpo, da sexualidade), como se o intelecto estivesse dissociado dessas dimensões. Por sua vez, a

¹E-mail: stellafv@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-6604-6170>

²E-mail: julia.glaciela@ufabc.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-9996-2343>

³E-mail: analaura.degiorgi@cienciassociales.edu.uy

<https://orcid.org/0000-0002-4304-6514>

história intelectual privilegiou tradicionalmente o pensamento abstrato, partindo do pressuposto de que as mulheres estavam afastadas desse campo. Dessa forma, ambas as construções avançaram em vias paralelas, raramente se cruzando, o que dava a entender que tudo o que se relacionasse a mulheres estava fora do campo da intelectualidade.

A promoção dessa aproximação, quebrando uma aparente separação natural, leva-nos a pensar nas muitas demandas possíveis que um esforço dessa natureza pode gerar. Podemos pensar em levantar e entender os caminhos dos trabalhos voltados a mulheres e às relações de gênero, inclusive observando se houve maior ou menor envolvimento de mulheres nessa tarefa (o que nos faz pensar nas próprias historiadoras – e nas pensadoras, de modo geral – como sujeitos da história); saber quais foram os principais temas investigados em cada lugar e período; como os trabalhos foram difundidos; de que modo figuras engajadas nessa produção formaram sucessores/as; se constituíram redes de sociabilidade; como circularam e interagiram nos meios intelectuais; e se combinaram produção de saber acadêmico e militância. Pode-se buscar investigar, no interior das obras estudadas, quais aportes teóricos foram mobilizados por estudiosos/as do campo. É interessante, ainda, observar como os enfoques teórico-metodológicos se entrelaçaram ao longo do tempo: por exemplo, as relações entre a demografia histórica e a história da família com a história das mulheres, e, por sua vez, a noção de gênero e os seus desdobramentos posteriores (sem que isso implique uma linha ascendente e evolutiva). Essa articulação, complexa e nem sempre linear, permite compreender que a produção historiográfica não é apenas resultado de escolhas individuais, mas se insere em debates mais amplos, em campos disciplinares em transformação e em contextos políticos e institucionais específicos.

Este trabalho também contribui para projetar trajetórias que muitas vezes se mantiveram esquecidas. Se é verdade que nem tudo é apagamento na história das mulheres (haja vista as trajetórias de consagração), isso não pode amenizar uma análise crítica que minimize as hierarquias de poder. No campo historiográfico, especialmente no acadêmico, já há uma reflexão que mostra como as hierarquias de gênero tenderam a colocar as mulheres (não só as historiadoras) na sombra. O texto paradigmático de Natalie Zemon Davis (1992) sobre as mulheres da Escola dos Annales evidencia com clareza o quão facilmente historiadoras caíram no esquecimento, mesmo quando integraram espaços centrais da disciplina. Essa perspectiva também aparece no trabalho da historiadora argentina Mirta Zaida Lobato, ao tratar das trajetórias evanescentes das mulheres acadêmicas em Buenos Aires no início do século XX: mulheres que ingressaram na universidade realizaram suas formações e pesquisas, mas desapareceram da memória institucional (Lobato, 2022). Bonnie Smith, em *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica* (2003), chama a atenção para um aspecto instigante: talvez houvesse maior liberdade intelectual quando as mulheres atuavam como historiadoras amadoras, fora do cânone acadêmico. Uma vez inseridas nele, muitas vezes foram compelidas a reproduzir padrões impostos por uma cultura acadêmica masculina, sem alcançar reconhecimento proporcional ou lugares de destaque (Smith, 2003). Dessa constatação decorre a necessidade, para além da análise geral sobre produção historiográfica sobre mulheres e gênero, de trazer à consciência as condições específicas de trabalho, de legitimação e de difusão dos resultados de criações das mulheres intelectuais em geral e, em particular, das produtoras do conhecimento histórico.

O exame crítico da produção historiográfica pode hoje ser construído em diferentes dimensões. Aparece umas tantas vezes na forma de balanço, contemplando-se agrupamentos de textos dispersos ao longo do tempo, aos quais se imprime, por meio da análise, certa organicidade alinhavada pela questão que se quer estudar. Podemos entrever esse aspecto, neste dossiê, em análises sobre a produção voltada à história das mulheres no Paraguai, por exemplo. Outra forma de abarcar os balanços é quando eles se transformam em fontes que dizem respeito aos vieses adotados pelas historiadoras, como no caso de artigo aqui presente sobre o México.

Neste número, ainda, leitoras/es também terão oportunidade de refletir sobre as relações entre a historiografia atrelada a mulheres e gênero e produções em outros campos disciplinares das ciências humanas. Sendo os estudos de gênero transdisciplinares, uma análise estritamente focada na produção historiográfica pode se tornar limitante. Como não incorporar obras de pensadoras e intelectuais que tiveram papel central na história das mulheres e nas reflexões sobre gênero, mas que transitaram pelas fronteiras de diferentes áreas das ciências humanas? Nesse sentido se desenvolve o trabalho apresentado neste dossiê sobre a análise da produção de Lélia Gonzalez e suas relações com a psicanálise.

Outros temas que aparecem são os percursos individuais de profissionais da história (não reduzidos a leituras protocolares ou meramente curriculares); a análise das trajetórias das mulheres no interior das instituições; o exame das produções analíticas sobre determinadas categorias profissionais, como as diretoras de cinema. Somam-se a isso artigos com o mapeamento de obras de historiadoras de um determinado país, observando-se seus livros, artigos, revistas e projetos editoriais. Também se destaca o levantamento das temáticas abordadas por historiadoras das mulheres: o trabalho feminino (tanto em sua presença quanto em sua ausência na documentação), os ofícios realizados por mulheres, o envolvimento com a educação, o papel da imprensa na vida das mulheres, o sufrágio e os feminismos, além de temas caros a contextos nacionais específicos, como a Revolução (no México) ou a Guerra (no Paraguai). Em alguns casos, as análises constataram a presença de uma produção fortemente marcada por temáticas nacionais, o que mostrou limites que dificultaram o avanço de abordagens transnacionais, comparadas ou conectadas, reproduzindo-se na historiografia tradições consolidadas.

A riqueza apresentada neste cenário mostra o quanto interessante pode ser o cruzamento entre a história intelectual e a produção historiográfica sobre mulheres e gênero. É o que demonstram os artigos que apresentamos a seguir.

As décadas de 1970 e 1980, como mencionado, foram um momento profícuo para as pesquisas sobre as mulheres na América Latina. O artigo de Tamy Amorim da Silva, intitulado “Cambiamos la Historia”: percursos sobre os estudos das mulheres e de gênero no Paraguai”, analisa, justamente, como a entrada das mulheres na academia, associada à institucionalização da área de estudos, encabeçada pela sociologia, trouxe olhares críticos para as fontes e para a História das Mulheres no Paraguai. Como a autora ressalta, as mulheres não estavam excluídas da historiografia paraguaia. No entanto, como pondera, até esse período, havia uma narrativa centrada nas representações femininas de forma nacionalista ou até belicosa, especialmente quando tratava-se de eventos como a Guerra da Tríplice Aliança, ocorrida no século XIX. Assim, Amorim da Silva defende que a criação de outros espaços institucionais, como o Grupo de Estudios de la Mujer Paraguaya (GEMPA) e de uma área dedicada à mulher, o Centro de Documentación y Estudios (CDE), possibilitou uma problematização das representações femininas pautadas na identidade nacional. Deste modo, esses novos espaços, ainda que enfrentando obstáculos e resistências, contribuíram para a construção do campo de História das Mulheres do Paraguai, com novas fontes e abordagens, bem como para uma *práxis* feminista de escrita da história.

Nesta mesma seara, o texto de Romilda Motta, “Gênero, revolução e luta por direitos políticos das mulheres na produção historiográfica mexicana”, coloca no centro da análise a produção de quatro historiadoras mexicanas, referências do campo, com uma vasta trajetória intelectual e de construção institucional. Trata-se de uma proposta que, desde o início, confere protagonismo às mulheres e lhes restitui um campo de estudos que costuma ser hegemonizado pelos homens. O artigo reconstrói trajetórias biográficas individuais, mas também dá conta de uma biografia coletiva, na qual se destaca o papel das universidades públicas, a preocupação com o México e a América Latina, o trabalho intelectual de construir o próprio campo da história das mulheres e o impulso da militância feminista que acompanhou esse processo desde meados da década de 1970.

O artigo reconstitui temas, conceitos, sujeitos e aspectos metodológicos que atravessaram esses anos de produção intelectual. Merece destaque o lugar que a conceitualização de gênero ocupou nesse percurso, assim como a importante contribuição para a leitura da Revolução Mexicana a partir de uma perspectiva de gênero.

No campo das novas fontes e abordagens, encontra-se o artigo “Revisitando as primeiras diretoras de cinema brasileiras: os caminhos da pesquisa histórica e os métodos de análise (1930-1951)”, de Margarida Maria Adamatti, que apresenta o percurso histórico das pesquisas que tomaram como objeto três diretoras brasileiras de cinema, a saber: Cléo de Verberena, Carmen Santos e Gilda de Abreu. Seus filmes, como destaca a autora, têm em comum tanto o financiamento próprio, bem como a temática feminina, sobretudo de mulheres que traem ou abandonam seus maridos. Neste sentido, é importante frisar que essas produções foram realizadas entre as décadas de 1930 e 1950, momento em que o país discutia o direito ao sufrágio feminino e autonomia da mulher no casamento. A autora também situa os anos de 1970 e 1980 como marcos para um olhar sobre as mulheres no cinema, ainda que de forma panorâmica. No que concerne as três cineastas, Adamatti localiza, nos anos de 1990 e 2000, as pesquisas que se debruçaram tanto sobre a trajetória, quanto sobre sua filmografia, utilizando diferentes fontes como os depoimentos, entrevistas, periódicos e os produtos midiáticos. Esses trabalhos foram realizados tanto no âmbito da história, quanto do cinema e de outras áreas das ciências humanas, demonstrando como as questões de gênero passaram a ocupar um espaço maior na academia a partir da consolidação do campo de estudos.

Juliana Marques do Nascimento, em “Mulheres, política e Ditadura no Brasil: uma revisão bibliográfica da historiografia (1990-2024)”, localiza, nas décadas de 1990 e 2020, uma mudança nas análises sobre a militância feminina de esquerda na ditadura civil-militar brasileira. Para a autora, foi na década de 1990 que a militância feminina emergiu como interesse de pesquisa na academia. Situa a dissertação de mestrado de Ana Maria Colling, em 1994, como pioneira, na historiografia, a utilizar a categoria de gênero como análise e também discutia a partir de diferentes fontes, como relatos orais e documentos disponibilizados dos arquivos da repressão.¹ Estes primeiros trabalhos eram voltados para inserir as mulheres no contexto da Ditadura Civil-Militar, tomando como fonte, sobretudo, a história oral. A autora assevera que, nos anos 2000, as teses e dissertações sobre o tema tomaram categoria para pensar e problematizar a atuação feminina nos partidos e organizações, mas ainda em diálogo com as perspectivas anteriores. Neste sentido, Nascimento destaca o papel do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como um importante centro de produção de pesquisas voltadas para a atuação das mulheres na militância do Cone Sul. A autora também sinaliza a importância da conjuntura política brasileira nas produções historiográficas. Tanto a chegada de Dilma Rousseff à presidência, quanto o golpe político que levou ao seu impeachment, nos anos de 2010, levaram a novas abordagens e disputas pela memória. Neste mesmo período, a pesquisadora mapeou e evidenciou pesquisas com enfoque locais e regionais, fora do eixo Sul-Sudeste, como as realizadas na Bahia, Pernambuco e Paraíba. Desta forma, conclui que, nas últimas três décadas e meia, houve processo de ampliação e aprofundamento da análise e fontes, mas também ressalva que há lacunas, como as incipientes pesquisas que tratam da perspectiva de raça e a incorporação, pela “historiografia mais ampla”, das pesquisas com enfoque de gênero.

Ainda tratando do Cone Sul, o artigo “Entre disputas e conquistas: a consolidação do campo da História das Mulheres na América Latina”, de Marcela Boni Evangelista, também traz para o centro da cena a reflexão sobre a consolidação do campo da história das mulheres, neste caso a partir do testemunho de duas referências argentinas: Dora Barrancos e Mirta Zaida Lobato. A proposta articula história oral e história das mulheres para, a partir da primeira, recuperar vozes e trajetórias ainda muito pouco visibilizadas. Como assinala a autora, a tradição da história oral permite recuperar vozes daqueles que não ocupam lugares de destaque – o que não é o caso de

duas grandes historiadoras já consolidadas. No entanto, quando se pensa na história intelectual, as mulheres continuam, sim, ocupando um lugar subordinado. Assim, o artigo permite reconstruir um caminho árduo para a constituição de um campo como o da história das mulheres na Argentina. O papel desempenhado pela História Social, ao abrir caminho para a História das Mulheres, foi central, mas a construção institucional dependeu em grande parte da invocação do conceito de gênero e da renúncia a nomear diretamente “as mulheres”. A interdisciplinaridade e o diálogo plural também contribuíram para consolidar um campo no qual se uniram esforços diversos. Nesta contribuição, assim como em outras deste dossiê, também é possível perceber que a tensão militância-academia atravessa a constituição de qualquer campo de estudos voltado ao estudo das mulheres e do gênero.

Encerrando o dossiê, o texto de Juliana Henrique, “As formações inconscientes da América Latina: o giro discursivo de Lélia Gonzalez”, concentra-se nos aportes conceituais de uma pioneira dos estudos afrofeministas. O artigo se dedica fundamentalmente às ideias inovadoras que Lélia Gonzalez introduziu no pensamento social e que, apesar do reconhecimento de sua trajetória na última década, ainda merecem ser analisadas e especialmente destacadas. Henrique torna evidente que o pensamento de González foi elaborado em um contexto intelectual particular, relacionado ao problema da desigualdade e da exploração. Lélia Gonzalez também se alimentou do pensamento sobre a periferia econômica e do marxismo latino-americano, assim como os intelectuais mais reconhecidos de sua época, mas realizou aportes singulares no que diz respeito à desigualdade racial. O texto percorre, ainda, a transição conceitual de uma preocupação materialista para o campo do simbólico e do cultural, uma das principais preocupações de Gonzalez, o racismo naturalizado como parte da cultura brasileira e sua crítica ao mito da democracia racial. Este artigo nos permite recolocar Lélia Gonzalez, como afirma a autora, como intérprete geral do Brasil.

Este dossiê é um convite para se colocar em cena a “história da história” das mulheres e das relações de gênero. Ao mesmo tempo, ele parte de uma história intelectual, sem se desconectar do social (e ainda, se quisermos, do político e do cultural). É um exercício de reflexão sobre um campo disciplinar, mas não ignora nem deixa de lado a interdisciplinaridade. Finalmente, coloca a América Latina no centro do debate. Esperamos que novas perguntas possam emergir, do ponto de vista da análise crítica da historiografia, a partir da apreciação das contribuições apresentadas. Uma boa leitura!

Referências

DAVIS, Natalie Zemon. Women and the World of the Annales. *History Workshop Journal*, v. 33, n. 1, p. 121-137, 1992.

LOBATO, Mirta Zaida. Trayectorias evanescentes e ideas de mujeres universitarias en las primeras décadas del siglo XX: la facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. ALBIEZ-WIECK, Sarah; HENSEL, Silke; MEDING, Holger M.; SCHEMBS, Katharina. (ed.). *Gênero en América Latina: homenaje a Barbara Potthast*. Madrid: Iberoamericana: Vervuert, 2022.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru: Editora da USC, 2003.

SMITH Hilda L. Women intellectuals and intellectual history: Their paradigmatic separation. *Women's History Review*, v. 16, n. 3, p. 353-368, 2007.

Notas

¹Assim como em outros artigos que compõem este dossiê, a autora localiza uma produção anterior no Brasil realizada na sociologia.